

AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

Ines Claudete Burg (1) , Paulo Emilio Lovato (2).

1: Eng. Agrônoma e Pedagoga, especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável pela UFSC, mestranda em Agroecossistemas pelo Programa de Pós-Graduação do CCA/UFSC. Rua Dante de Patta, 88. ap.103. Ingleses-Florianópolis. CEP 88059-510. inesburg@hotmail.com

2: Professor Dr. do Depto. de Engenharia Rural do CCA/UFSC. C. postal 476. CEP 88040-900. Florianópolis. paulolovato@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ganha relevância no cenário brasileiro a partir dos anos 90, quando é reconhecida como setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável (Bittencourt, 2000).

A reflexão sobre a problemática dos limites atualmente enfrentados por este setor nos leva atribuir à resistência um papel estratégico, no qual as mulheres aparecem com preponderância, mas ainda se discute pouco a importância delas no processo de reprodução da agricultura familiar. A intenção aqui é abordar a relevância do trabalho das mulheres na construção da sustentabilidade e na reprodução da agricultura familiar com base agroecológica.

A AGROECOLOGIA COMO VIA PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

A produção familiar tem se revelado como desejável, social, econômica e ecologicamente. Uma vez que ela emprega mais pessoas para a produção de alimentos com baixo custo e reduz custos de manutenção da família pela produção diversificada, o que possibilita a melhoria da qualidade de vida e a auto-suficiência alimentar. Ela se justifica pela possibilidade de convívio próximo com o ecossistema no qual se insere. Neste sentido, Do Carmo (2001), situa os espaços da agricultura familiar enquanto um lugar privilegiado para o desenvolvimento

sustentável¹. Para que este desenvolvimento ocorra, há necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas – busca de equidade, da solidariedade, de inclusão social, entre outros, assim como, as mudanças nas relações de gênero.

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber sobre os agroecossistemas que manejam. Desempenham importante papel como administradoras do fluxo de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e filogenéticos e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar (SEMA, 1997). Esse papel é tão mais importante quando considerarmos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como ponto-chave para a defesa da agricultura familiar com base agroecológica e também se considerarmos que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural.

A abordagem da agroecologia procura resgatar a complexidade presente nos agroecossistemas tradicionais. O que permite a integração desta com a agricultura familiar, a qual em função da escala favorece a conciliação entre a complexificação desejada e a supervisão e controle do processo de trabalho. Essa integração reforça também a proposta de ação local como alternativa para o desenvolvimento sustentável em função do envolvimento local que os agricultores familiares possuem².

¹ Segundo Gliessman (1990), a sustentabilidade não é um conceito absoluto, mas ao contrário, só existe mediante contextos gerados como a articulação de um conjunto de elementos que permitem a perdurabilidade no tempo dos mecanismos de reprodução social e ecológica de um etnoecossistema. Entre outros a potencialização da diversidade local, tanto biológica como sócio-cultural.

² Segundo Gúzman (2001), o desenvolvimento rural sustentável deve ser amparado nos princípios da agroecologia, que se baseia no resgate e sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização, para a partir deles desenhar estratégias de desenvolvimento.

AGRICULTURA FAMILIAR, DIVISÃO DO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO

A unidade de produção familiar é o resultado da soma do trabalho dos membros da família, e o trabalho produtivo realizado pela mulher constitui uma gama diversificada de funções que favorecem tal unidade. As mulheres de um modo geral estão presentes tanto nos trabalhos ligados à esfera da reprodução quanto na produção. A esfera da reprodução envolve a atividade biológica e as atividades ligadas à reprodução da família (força de trabalho) como alimentação, vestuário, educação, saúde, manejo de pequenos animais, ordenha, processamento do leite e cuidados com o quintal (horta e pomar). Na maioria das propriedades, a responsabilidade da manutenção dos policultivos, ou seja, da preservação da biodiversidade, é de responsabilidade das mulheres.

Segundo Silvestro (2001), não existe atividade econômica na qual as relações familiares tenham tanta importância quanto na agricultura. A maior parte da agricultura contemporânea não se apóia na separação entre negócio e família, o local de residência geralmente se confunde com o local de trabalho. Nesta unidade indissolúvel de geração de renda que é a agricultura familiar, os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho desde muito cedo, e aos poucos, vão assumindo as atribuições de maior importância, eles chegam à adolescência dominando não só as técnicas, mas também os principais aspectos da gestão do estabelecimento. Há uma naturalização da divisão do trabalho, baseada no ciclo produtivo e orientada pelo chefe da família, na qual filhos e esposa não têm autoridade para contestar ordens. Sendo a família o elemento básico da gestão da produção e do trabalho, a produção e a reprodução do patrimônio e das pessoas integram-se em um processo único.

O processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais de gênero (Woortmann, 1997). O trabalho do homem é considerado mais importante porque envolve a responsabilidade com a administração do estabelecimento. A dificuldade em perceber o trabalho total da mulher do campo também é revelada

nas fontes estatísticas oficiais, nas quais as mulheres não são cadastradas como agricultoras, tornando invisível o papel delas no desenvolvimento da agricultura familiar.

Ao não serem reconhecidas como importante força de trabalho, as mulheres não são incluídas nos projetos e formulações políticas destinadas à agricultura em geral, porque se subestima a quantidade e a qualidade do trabalho feminino na unidade familiar. Os órgãos oficiais consideram atividades econômicas apenas aquelas que proporcionam renda direta. Desta forma só lhes é reconhecido um papel secundário, de “tapa buracos”, quando na realidade assumem responsabilidades tão importantes quanto aquelas dos homens (Brumer, 2000).

Podemos afirmar que há uma desqualificação do trabalho feminino. Segundo Paulilo (1987), qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza – são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil.

Desta forma há também uma marginalização feminina na formação profissional agrária, a justificativa é de que as mulheres não são capazes de realizar trabalhos que requerem muita técnica, nem de administrar, nem de se relacionar adequadamente com o espaço público. A falta de conhecimento e de treinamento faz com que as mulheres fiquem com as tarefas consideradas de menor prestígio e importância.

O excesso de tarefas na unidade de produção familiar constitui-se num elemento que dificulta a participação das mulheres em atividades relacionadas à formação. Outra problemática não muito debatida, é de que, apesar delas trabalharem para aumentar o patrimônio da família, dificilmente são consideradas em termos de igualdade de direitos no acesso à terra (Paulilo, 2003).

Ainda segundo Paulilo (2003), a desqualificação do trabalho feminino expressa uma desigualdade de gênero, mascara o significado da inserção produtiva das mulheres. Em decorrência uma pequena parcela de mulheres, cerca de 6% tem acesso ao crédito no Brasil. De qualquer forma ainda prevalece a

inadequação da política de crédito para a valorização e o fortalecimento dos agroecossistemas tradicionais e/ou ecológicos. A lógica dos créditos ainda se baseia nos monocultivos e não considera as diversidades, o que coloca em risco a conservação da biodiversidade e a diversidade cultural. Também se reforçam assim as desigualdades de gênero já que as monoculturas são essencialmente um espaço masculino, ao contrário dos policultivos, onde predomina o trabalho das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel que as mulheres desempenham na preservação da biodiversidade e do conhecimento relacionado ao manejo dos sistemas tradicionais é muito importante para a continuidade da agricultura familiar com bases agroecológicas. Quando a agroecologia propõe o resgate da biodiversidade presente nos policultivos dos nossos agroecossistemas, privilegia a diversificação das atividades e como estas estão ligadas ao trabalho cotidiano das mulheres, as chamadas “miudezas”, propicia que elas tenham acesso a renda. Isto toma relevância na medida em que a valorização do trabalho das mulheres depende, antes de tudo, de sua contribuição no aumento da renda familiar e de seu acesso ao conhecimento. Porque, sem dúvida, o direito de tomar decisões inclusive sobre a própria vida, depende de uma certa retaguarda financeira.

De maneira geral, a participação feminina nos processos decisórios relacionados a continuidade dos empreendimentos, realizados pela família e pelas associações, à produção no meio rural ainda é muito restrita. Uma perspectiva de desenvolvimento baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero terá que garantir o empoderamento das mulheres, reconhecendo seu papel como produtoras de bens e gestoras do ambiente. Simultaneamente, terá que lhes assegurar controle sobre recursos produtivos – como terra e crédito – e capacitação técnica. Percebemos neste contexto a grande importância para as mulheres, que assumem as feiras ecológicas como espaços de promoção da visibilidade.

O desenvolvimento sustentável deve levar em conta as dimensões sociais de gênero e integrar neste contexto uma distribuição justa dos recursos materiais, conhecimentos e poder. Usando o conceito de gênero obtemos uma visão mais global das relações sociais entre homens e mulheres. Gênero “refere-se às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”; como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “como uma forma primária de dar significado às relações de *poder*” (Joan Scott, 1995). Assim como as *relações de gênero* são construídas socialmente, as *relações de poder* também o são. Assim, ambas estão sujeitas às mudanças nas organizações culturais, políticas e econômicas.

Concordamos com Castro (1997), quando diz que um enfoque de gênero não se refere somente às medidas utilizadas para incorporar a mulher no processo de desenvolvimento, questiona, tal como o conceito de desenvolvimento sustentável, o fim do conteúdo do desenvolvimento, assinalando a necessidade de buscar novas políticas que contribuam para a mudança das estruturas de desigualdades existentes e o uso sustentável do meio ambiente. O desenvolvimento será sustentável e eqüitativo quando homens e mulheres participarem de forma mais igualitária, em todos os níveis de tomada de decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anais da Convenção da Biodiversidade. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. São Paulo, 1997.

BITTENCOURT, Gilson A.; SABBATO, Alberto Di. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura familiar: a situação da mulher na agricultura do RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, UNICEF, 1997.

DO CARMO, Maristela S. **A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável**. In: BRANDERBURG, A. Para pensar outra agricultura. Curitiba: UFPR, 2001.

GÚZMAN, Eduardo Sevilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia**. In: Revista da Emater, Porto Alegre, jan/mar, 2001.

PAULILO, Maria Ignez. **O peso do trabalho leve**. Revista Ciência Hoje, 1987.

PAULILO, Maria Ignez. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Florianópolis: UFSC, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e realidade. Porto Alegre, 1995.

SILVESTRO, Milton L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/MDA, 2001.

WOORTMANN, Ellen; Woortmann, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1997.